



Jornal do Judiciário

Terça-feira, 04 de abril de 2017
JJ559 / 12.500 exemplares



Siga o Sintrajud nas redes sociais:
facebook.com/Sintrajud
twitter.com/Sintrajud

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP - Gestão: Unidade e Luta 2014/2017 - Tel.: (11) 3222-5833



DEPOIS DAS LUTAS DE MARÇO

CONSTRUIR A GREVE GERAL

Para derrotar as Reformas de Temer

28 DE ABRIL

VAMOS PARAR O BRASIL



Nesta edição:

ESPECIAL DO

8º CONGRESSO DO SINTRAJUD

Servidores aprovam participação em calendário de lutas contra ataques de Temer

Assembleia geral referendou o chamado da categoria à greve geral contra a terceirização e as Reformas da Previdência e Trabalhista

“Greve geral já”, esta foi a frase que os servidores gritaram após a aprovação por ampla maioria do chamado a greve geral contra a terceirização e as reformas da Previdência e Trabalhista, propostas pelo governo de Michel Temer.

Na assembleia geral que aconteceu no domingo, 26, em Itapeverica da Serra, a categoria referendou as decisões da plenária final do 8º Congresso do Sintrajud e aprovou a participação do calendário unificado de lutas, que inclui a convocação de uma greve geral para o mês de abril.

A primeira atividade do calendário aconteceu na sexta-feira, 31, foi a participação no ato do Dia Nacional de Mobilização contra a Reforma da Previdência e em Defesa dos Direitos, que reuniu milhares na Avenida Paulista (Veja cobertura completa na pág 8).

Os atos do dia 31 foram mais uma parte da construção da Greve Geral, chamada pelas centrais para o dia 28 de abril.

Além do calendário de lutas, servidores também elegeram 10 representantes do Sintrajud para participar da Reunião Ampliada da Fenajufe, que vai acontecer no dia 8 de abril, em Brasília.



João Duarte

Sintrajud prepara devolução do Imposto Sindical de 2017

Servidor da JF deve estar com dados bancários atualizados no site do Sindicato e pode doar o dinheiro para o Fundo de Greve

O Sintrajud iniciará em breve a devolução do Imposto Sindical aos servidores da JF e do TRF-3 que tiveram o desconto desse tributo no mês de março. A devolução é feita diretamente na conta dos servidores, com base nos dados bancários que o TRF-3 repassou ao Sindicato.

A JF, porém, não prestou essas informações – os próprios servidores registraram seus dados bancários no site do Sindicato. Por isso, quem estiver com dados desatualizados, deve fazer a atualização para receber o dinheiro de volta.

Contrário à cobrança do Im-

posto Sindical, o Sintrajud faz todos os anos a devolução da parte que lhe cabe na arrecadação do tributo junto à categoria. Pela lei, o Sindicato recebe 60% do total arrecadado. Esse dinheiro é devolvido aos servidores, pois o Sindicato defende que as entidades sindicais devem se manter apenas com a contribuição voluntária de seus filiados.

A Fenajufe e a CSP-Conlutas, central sindical a que o Sintrajud é filiado, também são contrárias à cobrança do Imposto Sindical.

Entre os servidores do Judiciário Federal em São Paulo, apenas os

da JF e os do TRF-3 são descontados do Imposto Sindical. A Justiça Eleitoral e a Justiça Trabalhista não fazem o desconto.

Fundo de Greve

O período de devolução do Imposto Sindical é também o momento em que o servidor pode destinar esse dinheiro a uma boa causa: o Fundo de Greve da categoria. Arrecadar doações para um fundo de greve é tradição do movimento sindical combativo.

O fundo é de grande importância para dar força à categoria, principalmente em grandes mobi-

lizações, como a que os servidores estão fazendo contra as reformas da Previdência e trabalhista. Em hipótese alguma o dinheiro será utilizado para a cobertura de despesas ordinárias do Sindicato.

Para doar, o servidor deve preencher o termo de renúncia e doação. Caso não o faça, o dinheiro será devolvido em sua conta, mas é necessário que os dados bancários estejam atualizados no cadastro do Sintrajud.

Quem recebe na conta o depósito referente ao Imposto Sindical também pode doar para o Fundo de Greve. Fortaleça a luta da categoria!

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião

Pedido do eleitor brasileiro aos seus representantes

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas,

Foi para seus procuradores que o povo elegeu Vossa Excelência!

Sejam fiéis a essa procuração! Votem contra a Reforma da Previdência!

Votasse o povo nas Casas de Leis, a PEC 287 seria **100% REPROVADA!**

Em 30 anos, Governos já mutilaram Leis e Carta Magna contra a Aposentadoria...

Teve a Previdência Normas para controlar, auditar, cobrar débitos e contribuições?

Se o Executivo visa tirar ônus típico do Estado, outros problemas também cria:

Desigualdade, exclusão de direitos, desemprego social às desprovidas gerações...

Votar “SIM” à PEC é traição, é advogar contra os eleitores deste País!

Hoje, quantos brasileiros acham empregos após os 50 anos?

Os desamparados pela Emenda Constitucional seriam obrigados na LOAS?

“A Reforma não retira direitos...” Quem alcançaria os direitos que o Governo diz?

Na última Idade, aposentadoria não é favor estatal, tampouco, “vida boa”...

O Brasil Democrático e Republicano daria tal PEC aos Filhos Rurais e Urbanos?

Servidor do TRE

Os textos desta seção não refletem necessariamente a opinião do Jornal do Judiciário ou do Sintrajud. Envie para ideias@sintrajud.org.br a sua colaboração: você pode escrever sobre qualquer tema. Não será aceito conteúdo ofensivo ou discriminatório. Os textos serão publicados por ordem de chegada e devem trazer o nome e uma breve apresentação do autor o tamanho pode variar entre 1.500 e 2.000 caracteres com espaços. PARTICIPE!

Congresso do Sintrajud aprova chamado à greve geral contra ataques de Temer

Plenária final aprovou a proposta por unanimidade; data foi definida pelas centrais um dia após o evento



João Duarte

Por unanimidade, os servidores do Judiciário Federal presentes no 8º Congresso do Sintrajud aprovaram no domingo, 26, o chamado à greve geral contra a terceirização e as reformas da Previdência e trabalhista. Também foi aprovada a defesa da campanha “Fora Temer! Fora todos os corruptos e reacionários do Congresso! Eleições gerais já, com novas regras”.

A construção da greve geral permeou as discussões ao longo dos quatro dias de Congresso. No terceiro dia, dirigentes da CSP-Conlutas, da CUT, da Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora e da Intersindical - Central da Classe Trabalhadora compareceram ao Congresso debateram a necessidade da greve geral, que acabou sendo convocada por essas e mais cinco centrais para 28 de abril. A data foi definida pelas centrais no dia seguinte ao encerramento do Congresso.

Os servidores que participaram do evento concordaram que, diante dos ataques brutais do governo Temer e do Congresso Nacional aos direitos dos trabalhadores, apenas a construção de uma greve que pare o país e leve milhões de trabalhadores para protestar nas ruas tornará possível barrar estes ataques.

Na opinião dos servidores, as manifestações e paralisações dos dias 8 e 15 de março demonstraram que os trabalhadores têm grande disposição de luta.

O dia 15 foi o maior dia nacional de paralisação dos últimos anos. Foram milhões nas ruas contra as reformas da Previdência e trabalhista, expressando também enorme indignação com o governo Temer e a corrupção generalizada dos últimos governos.

No dia 31, outra grande mobilização ocupou as ruas de várias cidades do país e sinalizou a força que a greve geral pode ter (veja na página 8).

CONTRA AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E TRABALHISTA DO GOVERNO TEMER

GREVE GERAL

28 DE ABRIL

VAMOS PARAR O BRASIL

Resoluções do 8º Congresso Estadual do Sintrajud

Servidores aprovaram propostas sobre o plano de lutas da categoria, a organização sindical, combate às opressões e o chamado à greve geral, entre outros temas. Veja a íntegra das resoluções no [site](#) do Sindicato

Conjuntura Nacional

Fora Temer! Fora todos os corruptos e reacionários do congresso! Eleições Gerais já, com novas regras!

Plano de lutas contra as Reformas da Previdência e trabalhista

Greve geral já, para barrar as reformas da Previdência e trabalhista! Nenhum direito a menos! Chamar servidores a se juntarem a outros trabalhadores, fóruns, cidades, capitais numa Greve Geral.

Intensificar junto à CSP-Conlutas, Fórum Nacional dos Servidores Federais (FONASEFE), Fenajufe e Fóruns Unificados em defesa dos Serviços Públicos e Movimento Estudantil, a articulação das lutas com as demais centrais e organizações sindicais e populares, rumo à greve geral.

Construir uma forte campanha contra as reformas da Previdência e trabalhista. Pela retirada de todas as propostas de reformas e dos projetos de lei de retirada de direitos e contrários aos interesses dos trabalhadores.

Indicar o dia da votação do relatório da Reforma Previdenciária como dia nacional de greves, paralisações e mobilizações na perspectiva da construção da greve geral.

Participar de todas as manifestações contra a Reforma da Previdência convocadas pelas centrais e forças políticas de luta dos trabalhadores, quando possível organizar/participar/convocar a categoria para um bloco (carro de som, faixas, etc.) próprio ou da CSP-Conlutas.

Intensificar a luta pela construção de um amplo polo classista e de resistência, com centrais sindicais, sindicatos, movimentos populares e estudantis, para enfrentar o agravamento dos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, com base na unidade na luta.

Sintrajud deve organizar, participar e incentivar a criação e funcionamento de fóruns/comitês unificados no estado, macrorregiões (Baixada Santista, ABCD, etc.) e cidades.

Pressão, visita, entrega e publicação de nota técnica aos deputados na sua cidade de origem contra a PEC 287/16.

Lutar pela garantia ampla e irrestrita do direito de greve.

Pelo fim e pela reversão das privatizações e concessões de serviços e do patrimônio público à iniciativa privada.

Campanha Salarial e Condições de Trabalho

Em defesa da revisão geral anual com reposição das perdas e da data-base dos trabalhadores do Judiciário, junto com os demais trabalhadores do serviço público.

Pela redução da jornada de trabalho no Judiciário, para 6 horas.

Pela assistência integral à saúde dos trabalhadores, dentro e fora dos tribunais.

Pelo combate ao assédio moral no trabalho, como política permanente de formação, informação, e denúncia dos casos apurados, e que os tribunais sejam cobrados a assumir institucionalmente essa pauta.

Contra as políticas de gestão por metas e resultados do CNJ e tribunais, que penalizam e

adoecem os trabalhadores e não garantem justiça à população.

Pela defesa do plano de carreira dos trabalhadores do Judiciário Federal.

Pela democratização dos tribunais e de seus órgãos de direção, inclusive com eleições diretas para os cargos.

Pelo fim dos privilégios às autoridades dos três poderes (inclusive do absurdo auxílio-moradia à magistratura e MP).

Valorização do salário efetivo em substituição às funções e cargos de confiança, com critérios objetivos para a ocupação de postos de chefia.

Pela criação de cargos e pela realização de concursos, com vistas a garantir estrutura suficiente e proporcional à sobrecarga de trabalho a que estamos submetidos.



Contra a terceirização das atividades e o desvio de função.

Debater a questão sobre a diferença entre técnicos e analistas, sobretudo em relação às definições sobre as respectivas atribuições e propostas de solução do problema de desvio de função e distinção salarial entre pessoas que realizam o mesmo trabalho.

Pelo pagamento de todos os passivos.

Por condições materiais de trabalho dignas em relação às instalações dos prédios e acessibilidade, inclusive com segurança total nos edifícios.

Pela plena liberdade e autonomia sindical, com amplo direito de organização nos locais de trabalho e contra o imposto sindical.

Em defesa do Regime Jurídico Único e da estabilidade dos servidores públicos.

Em defesa do concurso nacional de remoção em todos os ramos, tanto em nível estadual como nacional, com critérios justos, objetivos e transparentes.

Denunciar o corte na rubrica "custeio" dos orçamentos dos tribunais e órgãos do PJU para o ano de 2016.

Cobrar dos tribunais a ampliação do quadro efetivo de servidores e a abertura de novos concursos públicos, que estão suspensos.

Melhoria das condições de trabalho, cobrando

melhor estrutura e divisão do trabalho para fazer face ao aumento brutal da carga de trabalho e o fim do assédio moral.

Realização de pesquisa sobre condições de trabalho e de saúde dos servidores do Judiciário pelo Sintrajud, conforme parâmetros já elaborados e observadas as características de cada ramo.

Funpresp

Manter a campanha de não adesão ao Funpresp para todos os (as) servidores (as).

Acompanhar o trâmite da ação proposta pelo Andes e outras entidades dos servidores públicos federais pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição automática ao Funpresp (Lei nº 13.183/2015) e dar ampla divulgação, do seu trâmite, denunciando a ação autoritária do governo.

Oficiais de Justiça

Promover campanha pelas condições de segurança dos oficiais de justiça com objetivo de reduzir os riscos da atividade, com intervenções junto às administrações dos Tribunais, bem como com atuação nos projetos de lei junto ao Congresso Nacional, como aposentadoria especial, porte de arma e outros.

Retomar a luta do cargo de oficial de justiça avaliador federal, transformado pela PCS1 em analista judiciário, em razão das especificidades do segmento.

Que o Sindicato promova ações no âmbito administrativo e judicial no sentido de que seja garantido o pagamento de horas extras ou compensação dos dias que os oficiais trabalhem em regime de plantão.

Organização Sindical

Reafirmar os princípios que vêm norteando a atuação do Sintrajud desde sua fundação, de independência de nossa entidade frente a governos, partidos e administrações dos Tribunais.

Reafirmar o compromisso de atuação classista, na defesa das pautas imediatas e históricas da classe, buscando sua emancipação e plena autonomia e liberdade, para realizar seu sentido e propósito histórico.

Reafirmar prioridade e primazia da atuação do Sindicato para encaminhar as demandas imediatas da categoria na busca e defesa intransigente.

Autonomia e independência em relação aos Governos e partidos.

Não ao aparelhamento sindical.

Pela retomada do trabalho de base, a partir de um método diferente e alternativo.

Opressões

O 8º Congresso do Sintrajud decide criar o "Coletivo de Mulheres" do Sintrajud. O funcionamento e a comissão gestora serão definidos em encontro a ser realizado no 2º semestre de 2017, a fim de debater as questões de gênero e opressões.

A luta contra a violência à mulher não pode estar desvinculada da luta contra os governos, os patrões e o capitalismo.

As mulheres trabalhadoras têm que se colocar na linha de frente na luta contra toda forma de

opressão, contra a reforma da previdência e ajudar a impulsionar a greve geral que o país necessita para barrar esses e todos os outros ataques à classe trabalhadora e também para derrotar e botar pra fora o governo Temer e todos os seus comparsas!

Não pagamento da dívida, mais dinheiro para o combate à violência a mulher

Ampliação da Lei Maria da Penha. Construção da rede de assistência às vítimas. Proteção imediata às mulheres agredidas e punição rigorosa aos agressores.

Campanhas educativas de combate ao machismo e à violência contra as mulheres.

Orientação sexual nas escolas para diminuir os riscos de transmissão de DSTs e gravidez indesejada

Distribuição gratuita de camisinhas e pílulas anticoncepcionais (inclusive a do dia seguinte)

Legalização do aborto com o devido atendimento pelo SUS

Iluminação pública, asfalto e calçamento de ruas em todos os bairros.

Fim das demissões. Emprego formal para todas as trabalhadoras. Aumento geral dos salários. Salário igual para trabalho igual. Acesso à moradia e a direitos sociais.

Fim do machismo, racismo e lgtbfobia, bem como de todas as formas de discriminação e opressão.

Pelo fim do genocídio da juventude negra.

Imprensa do Sintrajud

Maior eficiência da comunicação, com utilização de linguagem que dialogue com a categoria.

Desburocratização dos processos decisórios, com eficiência nas publicações e produção de material de campanhas, divulgação de eventos e atos.

Jornal com periodicidade definida e padrão gráfico e editorial, com seções também definidas, que contemplem os distintos eixos de atuação da entidade sindical.

Boletins segmentados por setores (ramos, segmentos, regiões), para tratar de pautas e demandas específicas e demais trabalhos nas plantas dos tribunais.

Revista periódica (bimestral ou trimestral) que

inclua também pautas mais gerais e transversais, de interesse da categoria e demandas específicas e demais trabalhos nas plantas dos tribunais;

O Sintrajud deverá disponibilizar um espaço no seu sítio na Internet para que possa ser alimentado pela base em cada fórum.

Entrega dos jornais e materiais do Sintrajud deve ser priorizada pela direção executiva, de base e ativista.

Realização de seminário sobre a comunicação do Sindicato, neste ano, para debate de diagnósticos e propostas, e com a presença de profissionais e estudiosos na área, de diferentes setores, e aberto à participação da base.

100 Anos da Revolução Russa

Comemoramos o centenário da Revolução Russa em 2017. O Sintrajud deverá organizar um Seminário para debater a importância histórica, como se deu o processo revolucionário e as perspectivas para a classe trabalhadora, garantindo a participação de diferentes opiniões acerca do processo histórico.

MOÇÕES

Repúdio ao Projeto da Terceirização

Moção à Presidência da República expressando repúdio ao projeto da terceirização geral, aprovado pela Câmara dos Deputados, e exigindo seu veto, a exemplo de outras entidades e instituições.

Moção de apoio ao povo indígena

Os servidores do Judiciário Federal de SP, delegados do 8º Congresso, vêm manifestar seu irrestrito apoio ao povo indígena e suas lutas em defesa de seus território, cultura, tradições e modo de vida, que nos ensinam com a resistência que fazem aos ataques e tentativas de genocídio que vêm sofrendo há 157 anos, desde a chegada dos invasores portugueses.

Os delegados do 8º Congresso, indicam ao Sintrajud a realização de ações de apoio e su-

porte às lutas e resistência indígenas, no que couber, com orientação e chamado à categoria para somar e fazer o mesmo, denunciando o uso e instrumentalização do Judiciário e órgãos estatais para oprimir e perseguir os povos indígenas e acobertar os abusos e violências cometidas contra eles e suas lideranças.

Por último, manifestar irrestrito apoio aos membros da Aldeia Paranaqua, em SV, que estão com sentença da JF SV determinando a expulsão de suas terras ancestrais, em ação iniciada pelo Governo Alckmin, pendente de apreciação em grau de recurso pelo TRF3.

Moção de Repúdio ao ministro da Justiça e de apoio aos povos índios

Os trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário Federal de SP, delegados do 8º Congresso Estadual do Sintrajud, repudiam as declarações do ministro da Justiça, Osmar Serraglio, que causou indignação em movimentos indígenas, que disse à "Folha de São Paulo": "O que acho é que vamos lá ver onde estão os indígenas, vamos dar boas condições de vida para eles, vamos parar com esta discussão sobre terras. Terra enche a barriga de alguém?"

Osmar Serraglio, cuja campanha eleitoral de 2014 recebeu 30% de doações de empresas representantes do agronegócio, foi um dos mais atuantes da bancada ruralista e defensor da PEC 215/00, contra a qual os povos indígenas se mobilizaram bravamente nos últimos cinco anos.

Em meio a declarações como essa de representantes do governo federal, nos chega a notícia que a Aldeia Takuara - Território indígena Guarani Kaiowa, Juti, no Mato Grosso do Sul, foi atacada, no dia 25 de março de 2017. Um helicóptero desceu com diversos atiradores mascarados que ameaçaram a vida dos moradores da Takuara, dizendo que voltariam para 'fazer a limpeza'.

Aos povos originários resta continuar lutando, inclusive, à custa da própria vida na defesa dos seus direitos constitucionais principalmente territoriais. Todo apoio e solidariedade ao povo indígena, que luta e resiste.



Dirigentes sindicais convocam trabalhadores à luta unificada

Avaliação é que a gravidade dos ataques do governo requer unidade de toda a classe

A profundidade dos ataques do governo Temer às conquistas históricas dos trabalhadores impõe a necessidade de unificar as lutas de toda a classe, concluíram os representantes de entidades e dirigentes sindicais que discursaram na abertura do 8º Congresso do Sintrajud.

“Queremos neste Congresso construir um plano de lutas para enfrentar esses ataques”, disse Inês Leal de Castro, servidora da JT Barra Funda e diretora do Sintrajud.

“O momento é desafiador; não é hora de exclusivismos, porque os ataques são frontais para todos os trabalhadores”, acrescentou Ênio Mathias, servidor da JT Praia Grande e também diretor do Sintrajud.

Reinventar a luta

“Não estamos lutando contra a reforma da Previdência e sim contra o fim da previdência pública”, afirmou Márcio Alves, coordenador de base do Sinasefe.

Ele apontou a necessidade de os trabalhadores superarem o “sindicalismo de resultados” e pensar em novas formas de organização. “Temos de reinventar nossa luta, superar divergências e fazer uma unidade de lutas amplas”, ressaltou Alves.

O coro “greve geral, já!”, que encerrou a abertura



Joca Duarte

do 8º Congresso, mostrou a disposição dos participantes para que essa paralisação ocorra já nas próximas semanas.

Para Joaquina Oliveira, da Secretaria-Executiva Nacional da CSP-Conlutas, o 8M, com a mobilização das mulheres, e o 15M, com atos unitários em todo o país e “passeatas enormes nas quais a população se incorporou”, demonstraram que “a greve geral está colocada para a ação”.

Servidores do Judiciário

O coordenador da Fenajufe Erlon Sampaio também falou do ponto de vista dos servidores do Judiciário Federal. “Na última greve que nossa categoria fez, enfrentamos os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a mídia burguesa”, apontou. “Agora estamos dispostos novamente a enfrentar, com toda a classe trabalhadora, esse governo e esse Congresso corrupto”.

Projeto da terceirização é apontado como ‘ataque brutal’

Proposta ameaça serviços públicos, dizem convidados que saudaram a abertura do 8º Congresso

Um dos mais brutais ataques à classe trabalhadora da história do país. Assim foi classificada, na abertura do 8º Congresso do Sintrajud, a permissão para terceirizar todos os postos de trabalho, de empresas e até dos serviços públicos.

O projeto defendido pelo governo de Michel Temer (PMDB) na Câmara, com apoio declarado de grandes empresários, por diversas vezes foi mencionado nas saudações dos representantes de entidades sindicais, políticas e sociais aos congressistas, no auditório do Sintrajud, na noite da quinta-feira (23).

O servidor Márcio Alves, do Sinasefe (sindicato nacional dos trabalhadores das escolas federais do ensino básico e fundamental),

externou preocupação com o que possa acontecer com os serviços públicos. “Os funcionários públicos podem ser terceirizados, num momento [em que] também querem criminalizar as greves”, disse.

Para Adilson Rodrigues, diretor-suplente da federação, o que está ocorrendo é uma verdadeira “declaração de guerra à classe trabalhadora”, que para ser “respondida à altura” exige a unidade mobilizada dos trabalhadores.

Retorno ao século 19

As organizações partidárias também criticaram o projeto. “A aprovação da terceirização como foi feita ontem [quinta] é um retrocesso quase às [condições exis-

tentes] logo após a escravidão”, disse Juninho do Psol.

“É o maior ataque aos direitos dos trabalhadores desde a Constituição de 1988. Querem fazer com que o custo do trabalhador [brasileiro] se iguale ou fique abaixo do [custo] do chinês”, criticou Silvia Ferraro, militante do MAIS.

Falando pelo PSTU, Wilson Ribeiro destacou que tais medidas tentam passar para os trabalhadores o preço de uma crise econômica iniciada em 2008 e até hoje não resolvida pelo capitalismo. Avaliou, no entanto, que a oposição a isso pode crescer. “O dia 15 demonstrou que é possível organizar uma grande luta da classe trabalhadora, não só para derrotar

esse governo, mas também esse Congresso de corruptos”, afirmou.

O servidor do TRF Dalmo Duarte, representando o Espaço Socialista, citou a declaração dada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, pouco depois da aprovação da proposta. “A definição de Meirelles com relação à votação da terceirização é que é para gerar empregos temporários; é isso o que sobrou para a classe trabalhadora”, lamentou.

Representante da Auditoria Cidadã da Dívida, Carmen Bressane observou que toda essa tentativa de retirar direitos ocorre num dos países mais ricos do planeta. “Para onde estão indo as riquezas da 9ª economia do mundo?”, indagou.

Abertura teve teatro com servidores

A noite de abertura do 8º Congresso terminou com uma apresentação do grupo de teatro Erga Omnes, do Sintrajud. O grupo composto por servidores do Judiciário Federal apresentou um trecho do espetáculo “Rebelião, rebeldia”, de Maria Cecília de Toledo, a Cilinha, sob a direção do dramaturgo, professor e diretor teatral Jairo Maciel.

O espetáculo é inspirado nas manifestações de junho de 2013, que tomaram imensas proporções em todo o Brasil. A estreia será no dia 7 de maio, no Casarão (Rua Brigadeiro Luiz Antonio, 1234).



Joca Duarte

Painel “conjuntura” tem alta participação e alerta: hora de lutar é agora

Mesa sobre o cenário político e econômico proporcionou quase quatro horas de debate

Foram quase quatro horas de debates com exposição de ideias sobre o que está acontecendo no cenário político e econômico do país e do mundo. A mesa de debates sobre conjuntura realizada durante toda a tarde e o início da noite do segundo dia do 8º Congresso do Sintrajud, na sexta-feira (24), em Itapeverica da Serra (SP), fez um alerta: a hora de ir para as ruas e enfrentar os projetos que atacam a classe trabalhadora é agora.

A mesa reuniu cinco palestrantes, com um debate permeado por acordos em certos aspectos e relevantes divergências em outros. Mas uma posição se sobrepôs: a constatação da necessidade de unir forças de todos os que queiram ir para as ruas combater as reformas da Previdência e do Trabalho defendidas pelo governo Temer.

A atividade levou muitos servidores a se manifestarem sobre os temas abordados. Participaram do painel “Análise de Conjuntura e as Saídas Para a Classe Trabalhadora” Guilherme Boulos (filósofo,

membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST e da Frente de Resistência Urbana), Plínio de Arruda Sampaio Jr. (economista graduado pela USP e livre-docente pela Unicamp, filiado ao Psol), Zé Maria (metalúrgico e dirigente do PSTU) e Silvia Ferraro (CSP-Conlutas e MAIS). Também esteve na mesa o servidor do TRF-3 José Dalmo Vieira Duarte, diretor de base do Sintrajud e integrante da organização Espaço Socialista.

A urgência de construir uma greve geral que pare o país e demonstre a insatisfação da classe trabalhadora com as medidas do governo também permeou as falas tanto de palestrantes quanto de muitos delegados e observadores. Também houve críticas à herança deixada pelo governo Dilma, que também patrocinou projetos e políticas que atacaram os trabalhadores.

O debate foi transmitido ao vivo pelo Sindicato via internet. A transmissão havia obtido na página



Joca Duarte

do Sintrajud no Facebook mais de oito mil visualizações. A audiência girou em torno de 60 pessoas, na média, com picos de cerca de 100 internautas acompanhando a transmissão simultaneamente.

“A nossa luta é todo dia contra o machismo, racismo e homofobia”

Palestrantes destacam que reformas propostas por Temer são mais danosas para os setores oprimidos



Joca Duarte

“A nossa luta é todo dia contra o machismo, racismo e homofobia”, foi a palavra de ordem cantada pelos servidores no painel de debate sobre opressões que abriu o terceiro dia do Congresso. A mesa que contou com a participação de Carlos Eduardo Costa, do Espaço Socialista, Érika Andreassy, do Movimento Mulheres em Luta, e Francisco Antero, servidor do TRF-3, resgatou o debate de combate ao machismo, racismo e LGB-Tfobia, tema que não foi pautado nas últimas edições do congresso.

Todos os palestrantes destacaram que as medidas do ajuste fiscal atingem com mais força os setores oprimidos, que são os mais explorados na sociedade. “A tendência é

que a porrada seja maior no ‘lombo’ do trabalhador negro, por exemplo, sabemos que alguns trabalhadores terceirizados negros ganham salários menores que os brancos”, afirmou Francisco Antero.

Na opinião da representante do MML Erika Andreassy, a Reforma da Previdência aprofunda as desigualdades entre homens e mulheres, já que desconsidera a jornada tripla que as mulheres cumprem diariamente. “A luta contra as opressões não pode ser isolada, e diante de tantos ataques, essas lutas unem-se às lutas contra o ajuste fiscal, as reformas da previdência e trabalhista”, destacou.

Durante o debate, a servidora do TRF-3 Luciana Carneiro lembrou

que os trabalhadores do Judiciário Federal convivem em um ambiente opressor dentre dos tribunais e que, mesmo as mulheres sendo um grande setor da categoria, a maior parte dos chefes são homens. “Nos deparamos o tempo todo com comentários racistas, machistas e preconceituosos, principalmente quando nós estamos em posição de chefia”, afirmou.

Para Carlos Eduardo Costa é fundamental que os sindicatos façam o debate sobre o combate às opressões com os trabalhadores. “O movimento sindical precisa entender essa pauta para conseguir combater todas as formas de opressão e caminhar na unidade da luta em defesa dos direitos”, finalizou.

Servidores vão denunciar corte na verba dos tribunais

Proposta aprovada aponta sérias consequências nos locais de trabalho

Servidores do Judiciário Federal de São Paulo irão denunciar o corte na rubrica de custeio para 2017 dos orçamentos dos tribunais e órgãos do PJU. A proposta foi aprovada durante a plenária final do 8º congresso do Sintrajud, no domingo, 26.

Na opinião dos trabalhadores que participaram do Congresso, o corte pode trazer sérias consequências nos locais de trabalho, como com restrição de contratação de novos servidores, corte de estagiários e terceirizados, suspensão reformas, construção de novos fóruns, dentre outros. Consequentemente, o corte leva a precarização do serviço público.

Outro ponto destacado é que o orçamento do ano de 2016 foi usado como referência para o congelamento do orçamento durante os próximos 20 anos, em consequência da Emenda Constitucional 95/2016, aprovada ano passado, novos cortes poderão inviabilizar o funcionamento dos tribunais e piorar as condições de trabalho dos servidores.

No ano de 2016, o corte no orçamento já trouxe diversas consequências, o TRT-2, por exemplo, quase suspendeu o funcionamento no segundo semestre.

Ensaio para a greve geral reúne milhares de trabalhadores na Paulista

Na sexta, 31, manifestação fechou a avenida para protestar contra as reformas da Previdência e trabalhista



A quatro semanas da greve geral contra as reformas trabalhista e da Previdência, trabalhadores de diversas categorias mostraram que a mobilização para barrar os ataques do governo Temer já é grande e tende a crescer ainda mais. Na sexta-feira, 31, dia de protestos por todo o país, milhares de trabalhadores fecharam a Avenida Paulista com um ato público diante do Masp, seguido de caminhada pela rua da Consolação até a Praça da República.

O ato começou com uma assembleia dos professores da rede estadual, ganhou o reforço de outras categorias convocadas pelas centrais sindicais e, na Praça da República, juntou-se a uma manifestação dos professores municipais. Ao longo do

dia, a capital paulista teve bloqueios de estradas, atos e passeatas, que se somaram a manifestações realizadas em cidades da região metropolitana, do interior e da Baixada Santista.

“Até o dia 28 [de abril], temos de fazer várias atividades para mobilizar as pessoas contra as reformas”, disse Maria Irês Graciano, diretora de base no TRF-3. “Isso aqui é só um ‘esquentar’ para a greve geral”, afirmou.

Em meio à diversidade de movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais, uma mesma pauta unificou a mobilização: o repúdio às mudanças na Previdência e na legislação trabalhista, incluindo o projeto que libera a terceirização em todos os postos de trabalho (sancionado pelo presidente Mi-

chel Temer no final do dia).

Ainda na sexta-feira, a divulgação de uma pesquisa do Ibope mostrou que a aprovação ao governo Temer caiu de 13% para 10%, enquanto a rejeição subiu de 46% para 55%.

“Há um ano eu conversava com alguns colegas que concordavam com a necessidade da reforma da Previdência e hoje eles não concordam mais, o que mostra que caiu por terra o argumento do governo Temer, de que a Previdência é deficitária”, afirmou Marcos Pereira, servidor da Justiça Eleitoral que participou do ato na Avenida Paulista.

“O povo já está percebendo que essas reformas rasgam a Constituição para retirar direitos”, acrescentou o oficial de justiça da JF Erlon Sampaio, diretor do Sintrajud e coordenador da Fenajufe.

“Com a construção de uma grande greve geral poderemos derrotar as reformas da Previdência e trabalhista e também botar para fora Temer e esse congresso de corruptos”, discursou, do alto do carro de som, a diretora do Sintrajud e servidora da JT Barra Funda Inês Leal de Castro.

O servidor do TRF-3 Antônio Melquiades, o Melqui, também diretor

do Sindicato, chamou a atenção para a urgência da mobilização diante da rapidez com que pode tramitar a reforma trabalhista. Ao contrário das mudanças na Previdência, a reforma que acaba com vários direitos garantidos na CLT não depende de emenda constitucional.

“O projeto pode sair da comissão especial da Câmara direto para o plenário do Senado”, observou. “Só o povo na rua pode barrar esses ataques; precisamos da greve geral para mostrar a esses deputados e senadores que não vamos permitir isso.”



Servidores marcam atividades na JT e no TRF-3 para preparar a greve geral

Na quinta-feira, dia 6, tem assembleia setorial e ato no Fórum Ruy Barbosa e atividade na Paulista

Em meio à preparação da greve geral do dia 28 de abril contra as reformas da Previdência e trabalhista, os servidores da Justiça Trabalhista fazem na próxima quinta-feira, dia 6, uma assembleia setorial e um ato público no Fórum Ruy Barbosa, às 13h.

No mesmo dia e horário, uma atividade em frente ao TRF-3 vai

reunir os servidores da JF e do próprio TRF-3, também para discutir as reformas do governo Temer e a greve geral.

No 8º Congresso do Sintrajud, realizado no final do mês passado, os servidores aprovaram a participação da categoria em todas as manifestações contra as reformas e um chamado à greve geral.

Dia de Mobilização na Baixada Santista teve dois atos públicos



Servidores participaram de manifestações no centro de Santos e na Estação Cidadania

Os servidores do Judiciário Federal na Baixada Santista participaram na sexta-feira, 31, de dois atos contra a reforma da Previdência, a reforma trabalhista e a terceirização.

O primeiro ato foi realizado na Praça Mauá, centro de Santos, durante a hora do almoço. Às

17h, os servidores se concentraram na Estação Cidadania, na Avenida Ana Costa, onde houve mais um ato público, além de atividades culturais.

As manifestações contaram com a participação de diversas categorias de servidores públicos e de trabalhadores da iniciativa privada.